

14.junho.2013 – 9h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: ANPRI – Associação Nacional de Professores de Informática
Professores João Leal e Ricardo Castro.

Recebido por: Deputados do Grupo de Trabalho dos Currículos dos Ensinos Básico e Secundário: Maria José Castelo Branco (PSD), Isidro Araújo (PSD) e Acácio Pinto (PS). Esteve também presente na audiência a deputada Isilda Aguincha (PSD).

Assunto: Área de informática não é prioritária no ensino!

Exposição: Os representantes da ANPRI transmitiram as suas preocupações com o facto de os cursos de informática, desde logo nos cursos profissionais, não serem considerados prioritários. Para o efeito, fizeram uma apresentação, disponível na [página da Comissão](#), com dados de várias entidades, em que referiram que a inovação em Portugal caiu para níveis de 2010, realçaram a necessidade de constante inovação e acompanhamento, e mencionaram a indicação do Ministro da Educação e Ciência de que o Governo quer mais jovens em cursos com forte componente prática.

Referiram que, na perspetiva da ANPRI, não se aposta numa verdadeira qualificação e que os currículos são feitos sem terem em conta as necessidades do mercado. Salientaram que muitos programas estão em avaliação e que o ensino superior tem vindo a investir na informática e, por outro lado, a Agência de Avaliação do Ensino Superior indicou os cursos das áreas de informática como sendo os que têm maior empregabilidade. Indicaram também que os dados do Banco de Portugal permitem concluir que os sistemas de informação e computadores são a maior parcela das exportações de serviços de Portugal.

Mencionaram igualmente que as organizações reconhecem benefícios das TI na produtividade e referiram que os Estados Unidos da América e o Reino Unido já avançam com aulas e disciplinas de computação na educação básica, enquanto a União Europeia prevê que o setor das TIC gere milhares de empregos. Salientaram que em Portugal, as empresas já têm dificuldade em recrutar profissionais desta área e que as TI cresceram 20% nas contratações.

Indicaram que as escolas defendem o ensino da programação a crianças e adolescentes, questão que é já defendida por muitos políticos dos Estados Unidos da América e de outros países.

Informaram que nessa sequência, propuseram uma disciplina de informática no ensino secundário, no 10.º e no 11.º ano, sem mais custos ou mais horas, em alternativa às disciplinas de Física, Biologia ou Geometria. Indicaram ainda uma proposta de áreas vocacionais no domínio da informática. Por último, reiteraram que as TIC são uma área fundamental para a competitividade do País.

Interveio depois a deputada Isilda Aguincha (PSD), referindo que o PSD acompanha estas matérias, a questão curricular e as ofertas formativas. Saliu que, não obstante a informática não esteja incluída nas áreas prioritárias, é importante e as escolas, de harmonia com a necessidade sentida, a procura do mercado e as condições existentes, podem propor cursos nessa área. Reiterou que se trata de uma área importante, que o PSD continuará a acompanhar.

O deputado Acácio Pinto (PS) referiu que a governação eletrónica é muito importante nos países europeus, na União Europeia e foi-o também em Portugal com o anterior Governo, tendo-se traduzido em planos tecnológicos e no alargamento da utilização de computadores. Indicou depois que, em contrapartida, o atual Governo alterou o processo e a informática nas escolas diminuiu, enquanto os cursos tecnológicos de informática ficam para o Instituto de Emprego e Formação Profissional. Realçou ainda o facto de terem diminuído as horas para a manutenção das redes e de muitas escolas terem aulas de 45m em TIC, referindo que o Governo não segue as diretrizes da União Europeia. Nesta sequência, manifestou a preocupação do PS em relação à regressão do trabalho que vinha a ser desenvolvido.

A deputada Isilda Aguincha (PSD) registou que estamos todos a pagar os grandes investimentos do governo anterior, informou que a manutenção de computadores continua a ter horas nas escolas e que a duração das aulas de TIC de 45m ou 90m é uma opção que se integra nos poderes de autonomia da escola. Realçou que a preocupação do PSD é de quem sabe e conhece o sistema e as suas potencialidades.

O deputado Isidro Araújo (PSD) manifestou preocupação com o trabalho desenvolvido pela ANPRI e indicou que a lista de prioridades em relação aos cursos profissionais foi feita por uma entidade exterior ao Ministério da Educação e Ciência, tendo em conta a empregabilidade dos cursos.

Os representantes da ANPRI referiram que chegou às escolas um documento a indicar a não abertura de cursos da área de informática, realçando, em contrapartida, que as empresas pedem muitos cursos dessa área e de multimédia, considerando que o estudo não é rigoroso. Realçaram que o Ministério da Educação e Ciência só tem permitido os cursos pontualmente. Por último, reiteraram a proposta de uma disciplina no ensino secundário e reiteraram que o ensino superior está interessado em mais preparação a nível de informática, mas os alunos vão sem preparação do ensino secundário.

A documentação remetida, incluindo a apresentação feita e as propostas para a área, está disponível na [página da Comissão](#).

Palácio de São Bento, 14 de junho de 2013

A assessora da Comissão
Teresa Fernandes